**Plataformas Digitais Como Espaço De Participação Política De Cidadãos Excluídos Pela Mídia Tradicional: O Caso do Jornalismo e Política Em Moçambique[[1]](#footnote-0)**

**António Damião[[2]](#footnote-1)**

**Cintia Xavier [[3]](#footnote-2)**

**Resumo:** Este artigo explora a interseção entre jornalismo e política em Moçambique, com ênfase na utilização de plataformas digitais como ferramentas para que os cidadãos expressem suas opiniões. A escolha desse enfoque se deve à crescente exclusão, por parte da mídia pública, de perspectivas contrárias ao regime da FRELIMO (Partido que governa Moçambique desde a independência em 1975). Nesse contexto, as plataformas digitais emergem como canais essenciais para a diversidade de opiniões e a expressão democrática, proporcionando aos cidadãos uma alternativa significativa diante da limitação imposta pela mídia tradicional, permitindo que membros da sociedade civil, integrantes dos partidos de oposição e qualquer pessoa interessada em se manifestar sobre questões contrárias ao regime da FRELIMO encontrem voz e visibilidade. Essas plataformas representam uma alternativa importante para a livre expressão e a participação política em um ambiente onde a mídia tradicional pode estar sujeita a influências governamentais. O estudo é de caráter exploratório com ênfase na importância de entender a dinâmica das plataformas digitais em Moçambique e observou que as plataformas digitais estão ganhando destaque em Moçambique, pois facilitam debates diversos sem restrições partidárias, ao contrário das mídias tradicionais.

**Palavras-chaves:** Plataformas digitais, Jornalismo, Política, Moçambique

**Introdução**

A concepção do jornalismo remete-nos à ideia de informar, definir os temas a serem discutidos, expor ideias e opiniões de modo a formar cidadãos conscientes e críticos. Nos países com liberalismo discutível como Moçambique, a mídia, principalmente pública, é de viés tendencioso a interesses do governo vigente e não da sociedade ao não permitir opiniões diversificadas com a exclusão de figuras com críticas ao partido no poder. Entretanto, a chegada da Internet marcou um momento significativo na história do jornalismo tradicional. Inicialmente, a web foi saudada com entusiasmo pela comunidade jornalística, pois trouxe consigo inúmeras oportunidades e mudanças na forma como as notícias eram produzidas, distribuídas e acessadas. Através de blogs e mídias sociais, um número cada vez maior de pessoas pôde se envolver no processo de criação de conteúdo informativo, estimulando conversas e debates sobre uma ampla variedade de tópicos de interesse geral (RAMIREZ, 2021, p. 5).

Com a ascensão das *Big Techs* (grandes empresas de tecnologias) o jornalismo foi profundamente reconfigurado trazendo vários desafios e oportunidades para a profissão.Por um lado, a disseminação de notícias falsas e desinformação se tornou um problema grave, minando a confiança nas fontes tradicionais de notícias. Por outro lado, a capacidade de conectar pessoas de todo o mundo e dar voz a grupos anteriormente marginalizados também se expandiu significativamente.

Nos meios de comunicação digital, como o Facebook, é onde os excluídos encontram seu espaço para disseminar críticas e pensamentos sem restrições, principalmente devido à grande audiência que essas plataformas têm entre os moçambicanos. Assumimos que esta parcialidade dos veículos de comunicação com enfoque para a radiodifusão pública para com o partido no poder é uma herança do sistema socialista adotada após a independência de Moçambique em 1975.

Este trabalho é de caráter exploratório que juntou a situação do jornalismo político em Moçambique com os textos sobre a plataformização apresentados durante os encontros do Grupo de Estudos em Mídias Digitais do PPGJor da UEPG.

**História política e de imprensa em Moçambique**

Moçambique é um país localizado no sudeste africano. Ao Norte limita com a Tanzânia; ao Oeste com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Suazilândia (atual Eswatini); e ao Sul com a África do Sul. A leste é banhado pelo oceano Índico. Este país é falante da língua Portuguesa, resultado de 500 anos de colonização.

Historicamente os portugueses chegaram em Moçambique por volta de 1498 e só três anos depois, instalaram o governo colonial, ficando o território dependente do Estado da Índia até 1752. Os Portugueses entraram em Moçambique numa primeira fase como negociantes principalmente na mercantilização do ouro. Só depois avançaram para o mercado de Marfim e de escravos que foi o negócio do século na Europa.

Inicialmente, os Portugueses fixaram-se no litoral onde construíram as fortalezas de Sofala (1505) e Ilha de Moçambique (1507). Só mais tarde através de processos de conquistas militares apoiadas pelas atividades missionárias e de comerciantes, penetraram para o interior onde estabeleceram algumas feitorias como a de Sena (1530) e Quelimane (1544). O propósito, já não era o simples controle do escoamento do ouro, mas sim de dominar o acesso às zonas produtoras do ouro. Esta fase da penetração mercantil é designada de fase de ouro. As outras duas últimas por fase de marfim e de escravos na medida em que os produtos mais procurados pelo mercantilismo eram exatamente o marfim e os escravos respetivamente (PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2015).

Como forma de escoar esses produtos os portugueses começaram a colonizar uma parte da população no litoral Moçambicano e ocupavam parte das suas terras adquiridas pela troca de especiarias pela conquista (IBID).

De acordo com Silva (2010) a conferência de Berlim veio a efetivar a colonização total e completa do regime português. Mas pela incapacidade de recursos financeiros e militares, Portugal terceirizou parte das suas colônias para outros países como a Inglaterra e a França, e Moçambique não foi uma exceção (PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2015). De acordo com o Portal do Governo moçambicano (2015) a companhia de Moçambique e a Companhia do Niassa são os exemplos típicos das companhias majestáticas.[[4]](#footnote-3) Companhia da Zambézia, Boror, Luabo, Sociedade do Madal, Empresa agrícola do Lugela e a Sena Sugar Estates perfazem o exemplo destas companhias.

Durante o período da colonização portuguesa, não existia imprensa originalmente moçambicana. Se destaca como a primeira imprensa a circular em Moçambique o *Boletim oficial* publicado pelo colonialismo português em 1836. Hohlfeldt e Santos (2009) explicam que Moçambique foi das últimas colônias a receber uma imprensa e a adotar tal iniciativa, até porque a metrópole desenvolvia políticas contraditórias, sucedendo-se, àquele decreto de 1836, inúmeros outros, nos anos seguintes, que ao mesmo tempo tolhiam e mandavam desenvolver a imprensa nas colônias, dependendo dos humores de Lisboa, em tempos políticos muito difíceis.

Embora ainda produzido pelo colono, a imprensa tipicamente moçambicana inicia-se em 1854, com a chegada da fragata Dom Fernando, que traz não apenas o novo Governador Geral, Vasco Guedes de Carvalho, quanto alguns caixotes com um prelo e algumas caixas de tipos e outros utensílios tipográficos, nesta época publicava-se o primeira tiragem da edição do *Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique* (HOHLFELDT e SANTOS, 2009). Os autores dizem ainda que até 1870, foi o único jornal a circular em todo o território, constituindo-se, por isso mesmo, na fonte de informação fundamental para toda aquela sociedade e o primeiro jornal onde nasceram os também primeiros jornalistas de Moçambique.

Anos após anos foram surgindo vários outros jornais dirigidos e produzidos por Portugueses residentes em Moçambique como *o Progresso* (1886), *O emancipador* (1907) *e os Simples* (1911 a 1913). No entanto, o primeiro jornal produzido e dirigido por um moçambicano veio a ser publicado no dia 25 de dezembro de 1908 por João e José Albasini (ROCHA, 2000).

Esses dois irmãos vieram mais tarde a fundar um dos renomados jornais da época, *o Brado Africano* no ano de1918 em Lourenço Marques (atual cidade de Maputo). Importa referir que até esses momentos a imprensa moçambicana esteve sempre sob censura prévia do governo português.

Quase 500 anos sob regime colonial português, Moçambique alcança a sua independência em junho de 1975 depois de uma longa luta armada entre a FRELIMO (um grupo militar nacionalista) e o colonialismo português. A FRELIMO lidera o país e passa a adotar o sistema político com base no regime soviético, o marxismo-leninismo por conta do apoio financeiro e militar que o país recebia daquele bloco Euro-asiático (PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2015)[[5]](#footnote-4).

Brito (1995) *apud* Maloa(2011) explica que a versão stalinista da FRELIMO, não só proveio da cooperação internacional com a Rússia, China, Bulgária, Romênia, Vietnã, Iugoslávia, República Democrática da Alemã e Coreia, mas também de estudantes da Universidade de Lourenço Marques, filhos de burgueses e pequeno-burgueses, que simpatizavam com o discurso marxista-leninista da época. Esse sistema de governo trouxe consequências sérias dois anos após a independência, eclodiu uma guerra civil entre um grupo armado designado RENAMO e o Governo da FRELIMO. A RENAMO[[6]](#footnote-5) reivindicava a inclusão tendo em conta que as medidas impostas por este sistema socialista não permitia a criação de novos partidos, a imprensa maioritariamente pública era controlada pelo Governo através de censuras prévias e a economia dia após dia regredia.

Na década de 1980, a guerra civil no seu auge e o bloco soviético enfrentando crise econômica que por sinal era o maior financiador do governo da FRELIMO, o então presidente da República Samora Moisés Machel decidiu organizar o IV congresso do partido FRELIMO, foram notoriamente discutidos questões como: a crise econômica que assolava o governo; a redução da ajuda da União Soviética, grande centralidade das decisões políticas e orçamentais. Maloa (2011) diz que é neste momento que o governo da FRELIMO decidiu abrir as portas para o capitalismo Americano. O autor acrescenta ainda que foi também nessa época que Moçambique foi aceito, em 1984, como membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM).

A deterioração dos termos de troca, situação de guerra, de desestabilização entre a FRELIMO e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), força rebelde que lutava contra o fim do marxismo-leninismo e calamidades naturais que assolavam o país, levou aprovação por parte da FRELIMO, em 1987 do Plano de Reabilitação Econômico (PRE), que em 1989 integrou também o aspeto social (PRES), através do qual a FRELIMO lançou a flecha para liberalização do mercado. Apesar de esta flecha percorrer uma velocidade lenta, foi o primeiro momento da transição da economia planificada para a de mercado (MALOA, 2011, p. 7).

Embora amenizada a situação econômica, o Governo da FRELIMO ainda tinha uma guerra civil por sanar e com ajuda da comunidade internacional, começaram as negociações que culminaram com a assinatura dos acordos de Roma na Itália em 1992 e posteriormente a realização das primeiras eleições democráticas dois anos depois. Nas eleições de 1994, a FRELIMO venceu e a RENAMO contestou alegando fraudes eleitorais. Lembrar que tanto a FRELIMO quanto a RENAMO nessas alturas tinham se transformado em Partidos políticos e até os dias de hoje são dois dos três partidos que compõem a Assembleia da República de Moçambique.

Num sistema de governo completamente diferente, se exigia do Governo da Frelimo “democractico” a reconfiguração sócio-política que pudesse dar conta de uma realidade diferente e os setores da educação e da imprensa foram uma das que exigiam maior urgência por conta da censura prévia dos dois sistemas anteriores, o colonialismo e o socialismo. Houve então um desdobramento do governo da Frelimo e criou a Lei de Imprensa 18/91 que reconfigurou todo cenário midiático Moçambicano, pois como explica Miguel (2008) essa lei “*redefiniu a atividade da imprensa e também restabelecia os direitos e deveres dos seus profissionais. Ao abrigo da mesma lei foi criado o Conselho Superior de Comunicação Social, órgão através do qual o Estado garante a independência dos órgãos de informação, a liberdade de imprensa e o direito à informação, bem como o exercício dos direitos de antena e de resposta”.* Com o conselho superior de comunicação social criado, abriu-se espaço para o aparecimento de imprensa independente ou por outra privada.

Moyana (1996 apud Miguel, 2008) explica que foi exatamente nesse momento que surgiu a cooperativa de jornalistas independentes (Mediacoop), através da qual saíram os primeiros jornais privados como o Media-fax, Savana e Metical. Muitos outros impressos vieram à tona, a partir desse momento: Imparcial, Demos, Aro Juvenil, Zambeze, O País e outros ainda via fax.

Mesmo assim, alguns acontecimentos ocorridos a posterior mostram que a mídia principalmente pública acabou herdando o sistema socialista. Casos como a proibição e banimento de músicos e analistas de assuntos políticos com pensamentos divergentes com as do Governo da Frelimo, mostram claramente a persistência do governo da FRELIMO em controlar a mídia.

**Radiodifusão pública em Moçambique**

A mídia pública em Moçambique é aquela caracterizada pelo financiamento parcial ou completo do estado moçambicano. Destes se destaca a Televisão de Moçambique, a Rádio Moçambique, o Jornal Notícias e o Diário de Moçambique, embora este último com tendências privadas.

De acordo com a lei de imprensa 18/91, de 10 de agosto, “ os meios de comunicação com caráter públicos devem servir o interesse público neste domínio promovendo o acesso dos cidadãos à informação em todo o país, garantir uma cobertura noticiosa imparcial, objetiva e equilibrada, refletir a diversidade de idéias e correntes de opinião de modo equilibrado, desenvolver a utilização das línguas nacionais para além de cobrir e oferecer o tempo de antena equitativo aos candidatos a eleições municipais e ou presidenciais”. Entretanto este último ponto tem sido o problema de pesquisa para muitos estudiosos por conta de uma cobertura tendenciosa por parte dos veículos de comunicação de caráter público.

De acordo com a pesquisa do Centro dos Estudos Interdisciplinares (CEC) realizado em 2013, a Televisão de Moçambique e a Rádio Moçambique por sinal meios públicos com maior abrangência em Moçambique fazem uma cobertura eleitoral tendenciosa favorecendo o poder do dia o que denota mais uma vez o atropelo à Constituição da República que atribui uma cobertura igualitária aos partidos com representação na Assembleia da República ( Congresso Nacional)

E por que este artigo aborda a ideia das plataformas digitais como refúgio dos candidatos eleitorais excluídos pela mídia pública, no subtítulo a seguir iremos contextualizar sobre o processo da plataformização sobretudo as plataformas digitais como o Facebook, Whatsapp e Youtube.

**As plataformas digitais e o jornalismo**

Diariamente, surgem diversas discussões em torno desse assunto, especialmente por conta da proliferação de notícias falsas originadas nas plataformas do Vale do Silício.

No início do século XXI, o mundo testemunhou uma revolução silenciosa que transformaria a sociedade e a comunicação de maneira sem precedentes: a ascensão da internet. Uma ferramenta antes usada de forma restrita pelos militares Americanos durante as suas operações, como afirma Ladeira (2018). A internet moldou a forma como agimos, pensamos, trabalhamos e digitalizou a maneira tradicional de fazer as coisas. Além disso, na área da comunicação fez desaparecer as barreiras geográficas, permitindo que indivíduos em diferentes partes do mundo se conectem instantaneamente. As redes sociais e as plataformas de mensagens instantâneas se tornaram ferramentas poderosas para o compartilhamento de ideias, experiências e informações. Isso não apenas aproximou as pessoas, mas também desempenhou um papel crucial na conscientização e na mobilização em torno de questões sociais, políticas e ambientais ( BUGS, 2019, p. 31).

Entretanto, é importante destacar que, apesar de seus inúmeros benefícios, a internet também apresenta desafios significativos. Acabou com a privacidade, ajudou com a disseminação de informações falsas, cicatrizou a dependência excessiva da tecnologia e originou outro tipo de racismo, aquele que Tarciso Silva no seu texto *Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação* *em código* chama de Racismo Algorítmico ou Online. Essa internet acabou sendo capitalizada pelas BIG TECs através da criação das plataformas digitais e a inteligência artificial (IA).

De acordo com Ramírez (2021) as plataformas são espaços digitais onde as pessoas se reúnem e interagem, ou seja, são infraestruturas digitalizadas que permitem grupos de dois ou mais interagirem. Esse conceito atribui as ferramentas sociais do grupo Meta, por exemplo o Facebook, Instagram e Whatsapp de plataformas digitais.

A chegada de plataformas como Facebook, Youtube, Google e tantos outros revolucionaram a maneira tradicional de interação. Ramírez (2021) explica que a chegada destas plataformas inspirou esperanças e expectativas, pois melhoraram o acesso a conteúdos e a troca de ideias que contribuíram para a difusão do conhecimento e poderiam levar a sociedades mais informadas. O autor diz ainda que uma das áreas mais afetadas por essas tecnologias é o Jornalismo porque o Google e o Facebook contribuíram diretamente para levar as notícias às pessoas e a mais lugares e melhoraram o acesso e o nível de envolvimento e participação do público.

Essas plataformas também se tornaram espaços democráticos para cidadãos residentes em nações menos liberais como Moçambique onde a mídia tradicional sobretudo os veículos públicos têm sido excludentes na difusão de opiniões contrárias com as do regime da FRELIMO. Nessas situações, os cidadãos maioritariamente políticos da oposição e membros da sociedade civil têm optado por abraçar as redes sociais para difundir os seus pensamentos em relação a assuntos candentes da sociedade Moçambicana.

De acordo com Marília Fattori:

Perdeu-se a fé nos veículos tradicionais pois, além da percepção de que o que era divulgado não correspondia à realidade, a informação era compartilhada entre os usuários, numa via de mão dupla, em que emissor e receptor do conteúdo se tratavam de pessoas comuns, ao contrário da comunicação estabelecida entre mídia tradicional e espectador. A comunicação nas redes sociais acontece de forma que as pessoas se sentem próximas, diferentemente do distanciamento criado pelos meios tradicionais, por se tratarem de corporações (FATTORI, 2013).

As plataformas digitais têm desempenhado um papel cada vez mais central na comunicação contemporânea, especialmente no campo do jornalismo. Essas ferramentas tecnológicas têm conquistado uma crescente simpatia na sociedade moderna, transformando a maneira como as pessoas consomem e compartilham informações. Esse fenômeno não apenas reflete a evolução da tecnologia, mas também tem implicações significativas para a democracia e a participação no cenário político-social.

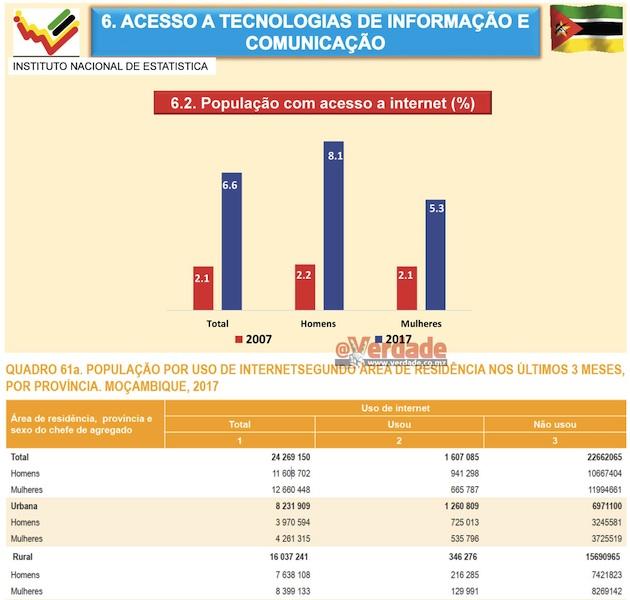
No contexto atual, as plataformas de mídia social, como o Facebook, Twitter e Instagram, não são apenas lugares para conectar-se com amigos e familiares, mas também se tornaram fontes primárias de notícias e informações. Muitos veículos de comunicação tradicionais migraram para essas plataformas, adaptando seu conteúdo para alcançar um público mais amplo o que possibilitou que notícias e análises chegassem a um público global em tempo real, criando um ambiente de informação instantânea e acessível (RAMIREZ, 2021).

Além disso, as redes sociais e outras plataformas de comunicação têm permitido que os cidadãos exerçam sua democracia de maneiras inovadoras. As discussões políticas, a mobilização social e a expressão de opiniões agora ocorrem em grande parte online. Isso tem dado voz a grupos e indivíduos que anteriormente poderiam ter sido marginalizados na arena pública, ampliando o espectro de perspectivas políticas e sociais.

Entretanto, essas ferramentas tecnológicas não são tão gloriosas como nos fazem pensar, elas carregam discriminações sobretudo preconceito racial além da proliferação da desinformação. Um desses casos são aqueles apontados por Silva (2019) como *suposição de criminalidade e negação de realidades raciais* ao mencionar casos em que o Facebook esconde manifestações sobre violencia policial contra pretos ou o Twitter não banir discurso de ódio nazista e permitir empresas exibirem anuncios sobre crimes especificamente contra Afro-americanos.

**Da exclusão, a plataformas digitais**

O uso da internet em Moçambique constitui ainda um desafio. De acordo com a ONU (2015) apenas 14% da população Moçambicana tem acesso à internet fixa em casa, e a falta de infraestrutura e de acesso à energia elétrica em algumas regiões do país dificultam a expansão desta tecnologia. Entretanto, o relatório da Digital Mozambique divulgado pela DataReportal em 2023 destaca que o número de usuários de internet em Moçambique cresceu 6,7% nos últimos 12 meses, totalizando 8,3 milhões de pessoas. A maioria desses usuários acessa a internet por meio de dispositivos móveis, o que indica uma tendência de crescimento do mercado de aplicativos e serviços móveis. O relatório destaca ainda que houve um aumento do uso das redes sociais no país e que atualmente, 8,2 milhões de moçambicanos utilizam redes sociais, representando um crescimento de 14% em relação ao ano anterior. As redes sociais mais utilizadas são o Facebook, o WhatsApp e o YouTube.



Fonte: Jornal@verdade (2019)

Este estudo mostra que o acesso à internet em Moçambique triplicou entre 2007-2017 onde até 2007 apenas 146.802 cidadãos tinham acesso à internet, ao passo que em 2017 o números chegaram a mais de 1 milhão e meio de pessoas com maior destaque para os homens com 8.1% contra 5.3 para as mulheres. A cidade e província de Maputo é a região que concentra maior número de internautas (JORNAL@VERDADE, 2019). Por conta desse crescimento no uso de plataformas digitais, durante as últimas eleições presidenciais em Moçambique, se verificou um aumento significativo de páginas no Facebook com nomes de partidos políticos e candidatos às eleições presidenciais que buscavam simpatia e transmitiam seus manifestos eleitorais. O destaque vai para partidos da oposição como a RENAMO e o MDM[[7]](#footnote-6).

De acordo com Luvizotto (2016) em um estado democrático de direito, a participação política da cidadania é crucial pois representa a manifestação de um estado liberal, o que significa tomar parte na sociedade política ou, ainda, informar e compartilhar sua opinião. E nessa engrenagem, a mídia emerge como o mediador desta relação. Entretanto, em Moçambique este cenário muda de paradigma onde se tem uma mídia pública que herdou características socialistas e que o partido no poder é quem controla quem e o quê falar.

Em vários estudos sobre a objetividade jornalística principalmente em períodos pós-eleitorais, a radiodifusão pública como a rádio Moçambique, televisão de Moçambique e o jornal Notícias são acusados de favorecer o partido no poder nas suas coberturas. De acordo com o Centro dos Estudos Interdisciplinares de Moçambique (2013) a FRELIMO foi o partido que recebeu a maior cobertura eleitoral na quinta eleição Municipal realizada em 2013, com 47.3% da cobertura total feita pela imprensa moçambicana, em particular a Rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique, por sinal veículos públicos. A Frelimo é seguida pelo MDM, com 41.5%. Os restantes 16 partidos políticos e movimentos cívicos ficaram com uma cobertura de 11.2%. Assim 88% da cobertura foi para o partido Frelimo e MDM. A Frelimo recebeu uma cobertura de quase 50% do total.

O mesmo aconteceu nas últimas eleições gerais realizadas em 2019. A Frelimo voltou a receber maior cobertura eleitoral dos principais veículos moçambicanos de acordo com o Misa Moçambique (2019). A FRELIMO teve (39,5%), seguida pelo MDM (24,1%) e pela RENAMO (27,0%). O candidato da FRELIMO foi o protagonista mais frequente nos conteúdos noticiosos. Essa preferência da mídia Moçambicana é explicada pelo marxismo-leninismo pós -independente que transcende para a exclusão de opiniões da massa social e dos políticos pertencentes a partidos da oposição.

**Afonso Dhlakama e o partido RENAMO: os primeiros excluídos**

Afonso Dhlakama foi durante décadas o presidente da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), o principal partido político da oposição em Moçambique. Nasceu a 1 de Janeiro de 1953 e morreu a 3 de Maio de 2018[[8]](#footnote-7). É considerado por muitos o Pai da democracia Moçambicana por lutar contra o monopartidarismo instalado pelo partido governo do partido FRELIMO depois da independência em 1975.

Durante décadas este foi ignorado pela mídia Moçambicana principalmente a Rádio e televisão de Moçambique, por sinal veículos públicos. Em alguns casos, os jornalistas faziam a cobertura dos seus comícios, mas as entrevistas eram descartadas e não eram difundidas (OBSERVADOR, 2014).[[9]](#footnote-8) Este optou por usar mais a mídia privada como é o caso da STV, uma das principais emissoras privadas naquele país lusófono, no entanto era sob pagamento de propinas (designado de ajudas de custos) a jornalistas desta emissora que faziam a cobertura dos seus eventos e do seu partido. Saturado com a situação, em 2013 o político começa a transmitir os seus eventos através da página do seu partido no Facebook. Atualmente esta página está com milhões de seguidores.

Essa estratégia também veio a ser usada por muitos dos membros deste partido. Destacam-se Manuel de Araújo (Prefeito da cidade de Quelimane[[10]](#footnote-9)) com mais de 56 mil seguidores[[11]](#footnote-10) e Venâncio Mondlane (Deputado da Assembleia da República de Moçambique) com quase 400 mil seguidores na sua página do Facebook.[[12]](#footnote-11) Durante as campanhas eleitorais, essas páginas são utilizadas como os principais veículos para disseminar o manifesto eleitoral num contexto em que a mídia tradicional é tendencialmente parcial nas suas coberturas.

**Os segundos excluídos**

O ambiente urbano, em Moçambique, tem sido foco de várias manifestações populares, com destaque para o ano de 2010 na cidade Maputo, com a realização da “revolta contra o custo de vida”, se destaca como um momento que abriu uma nova página na história das mobilizações colectivas em Moçambique (CHAIMITE, 2014 *apud* TSANDZANA, 2018). O autor explica ainda que este fato aliado a uma mídia excludente, contribui mais na evolução do uso de vários espaços de participação para expressar uma opinião sobre diferentes assuntos concretos no quotidiano de Moçambique, uma tendência que contribuiu para o uso de tecnologias de informação e comunicação, com destaque para as redes sociais.

Um exemplo de destaque são as manifestações que decorrem desde 12 de Outubro de 2023 após o anúncio dos resultados preliminares das eleições municipais que ocorreram em 65 municípios de Moçambique. Com uma expressa proibição dos veículos públicos em fazer cobertura a esses eventos, o Facebook, Youtube e Whatsapp têm sido os maiores difusores destes acontecimentos.



Captura de ecrã 1 feita pelo autor: Protestos do dia 03 de Novembro de 2023[[13]](#footnote-12)

Estes protestos decorrem um pouco por todo país. Resulta das contestações dos resultados divulgados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) que dão vantagem ao partido Frelimo nas 64 dos 65 autarquias (Municípios). Entretanto o maior partido da oposição (Renamo) está a contestar os resultados.

As plataformas Facebook, WhatsApp e o YouTube aumentaram significativamente sua notoriedade quando membros dos partidos da oposição começaram a usá-los para transmitir ao vivo o processo de contagem e divulgação dos resultados eleitorais. Isso desencadeou, em tempo real, a divulgação de vários casos de ilícitos eleitorais protagonizados por membros do partido Frelimo. Isto aliado a vitória atribuída a este partido desencadeou em protestos que resultaram na morte de mais de 15 pessoas.

Durante o protesto, circulou nas redes sociais informações nas quais a rádio Moçambique, televisão de Moçambique e jornal Notícias estavam expressamente proibidos de cobrir os protestos e entrevistar certas individualidades ligadas à sociedade civil e partidos da oposição, o que pressupõe que seja verdade pois desde o começo dos protestos, nenhum veículo público fez cobertura. As redes sociais, no entanto, seguem transmitindo estes eventos, substituindo assim a mídia pública.

Sem dúvidas o caso que mais se destaca no uso de plataformas digitais (Facebook) como alternativa à exclusão midiática é a criação das páginas *Unay Cambuma[[14]](#footnote-13) e Justiça Nacional* que sãocontas compartilhadas pelos membros da sociedade civil e partidos políticos que usaram este espaço para expor opiniões que eram ignoradas pela imprensa principalmente pública, controlada pelo regime da FRELIMO.

Essas páginas se tornaram uma voz significativa para aqueles que sentiam que suas opiniões não estavam sendo representadas de forma justa pela mídia tradicional. Por meio do Facebook e outras plataformas digitais, eles puderam compartilhar suas perspectivas, discutir questões importantes e criar um espaço onde suas vozes fossem ouvidas. A criação e o sucesso dessas páginas demonstram o poder das redes sociais e das plataformas digitais como ferramentas para a expressão e o ativismo político. Elas permitiram que as pessoas contornassem as restrições da mídia tradicional e dessem visibilidade a questões que muitas vezes eram negligenciadas. Estes são apenas alguns exemplos do uso das plataformas digitais como alternativa à exclusão e à marginalização da mídia tradicional.

**Referências**

BUGS, Geisa. **Tecnologias da informação e comunicação, sistemas de informação geográfica e a participação pública no planejamento urbano.** Rio Grande do Sul-Brasil, 2019.

HOHLFELDT, A; SANTOS, J.M. **Síntese histórica da imprensa moçambicana: Tentativa de interpretação.** Curitiba-PR, 2009.

JORNAL@VERDADE. **Acesso a internet triplicou em Moçambique.** Maputo, 2019. Disponível: <https://verdade.co.mz/acesso-a-internet-triplicou-em-mocambique/>. Acesso 03 Nov. 2023.

RELATÓRIO DIGITAL MOZAMBIQUE. **Moçambique no caminho da transformação digital: o potencial de crescimento do mercado digital no país.** Maputo, 2023.

FATTORI, Marília. **Protestos e Manifestações: Redes Sociais X Mídias Tradicional.**

MALOA, Joaquim Miranda. **O lugar do marxismo em Moçambique: 1975-1994**. São Paulo, 2011.

MIGUEL, J. **Televisão e espaço público em Moçambique: setor televisivo aberto** 189 f. Tese do (Doutorado) Curso de Programa pós-graduação em ciências de comunicação, Universidade do Rio do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

LADEIRA, João Martins. **Cientistas, militares e burocratas: o desenvolvimento da Arpanet e o Sistema Norte-Americano de Inovação.** Unisinos, 2018.

PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Penetração Colonial,** 2015. Disponível em <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/Penetracao-Colonial>. Acesso 01 set. 2023.

RAMIREZ, Diego Garcia. **Atenção economia:** **A relação entre plataformas digitais e organizações de notícias.** Bogotá, Colombia, 2021.

SILVA, Daniel Neves. **Conferência de Berlim**; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiag/conferencia-berlim.htm. Acesso em 15 de novembro de 2023.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código.** Salvador, 2019. Disponível em <https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Silva-2019-LAVITSS.pdf>. Acesso 30 set. 2023.

TSANDZANA, Dercio. **Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos conectados desamparados.** 2018. Disponível: <https://journals.openedition.org/cs/602>. Acesso 2 Out. 2023.

LUVIZOTTO, C. (2016). **Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras.** Comunicação e Sociedade, 30, 297-312. DOI: 10.17231/comsoc.30(2016).2499. DOI: 10.17231/comsoc.30(2016).2499

1. Trabalho apresentado na apropriação de tecnologias digitais em contextos diaspóricos do XVI Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura. Universidade Federal de Santa Maria/RS, realizado nos dias 04 a 07 de dezembro de 2023. [↑](#footnote-ref-0)
2. Mestrando em Jornalismo pelo programa de pós-graduação em Jornalismo da Universidade estadual de Ponta Grossa (UEPG). Email: [antoniodamiao03@gmail.com](mailto:antoniodamiao03@gmail.com). [↑](#footnote-ref-1)
3. Doutora em Comunicação pela Unisinos. Professora do curso de Jornalismo e do Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa.Coordenadora do Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: [cintia\_xavierpg@yahoo.com.br](mailto:cintia_xavierpg@yahoo.com.br). [↑](#footnote-ref-2)
4. As companhias majestáticas, também chamadas companhias privilegiadas ou companhias de carta, eram companhias privadas portadoras de carta de concessão do governo portugues que lhes conferia o direito a certos privilégios comerciais e territórios em que eram ocupados pelos portugueses. [↑](#footnote-ref-3)
5. https://www.portaldogoverno.gov.mz/ [↑](#footnote-ref-4)
6. A Resistência Nacional Moçambicana, mais conhecida pelo acrónimo RENAMO, é o segundo maior partido político de Moçambique. O seu líder histórico foi Afonso Dhlakama. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/resist%C3%AAncia-nacional-mo%C3%A7ambicana-renamo/t-17423802>. Acesso 29 set. 2023. [↑](#footnote-ref-5)
7. O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) é o terceiro maior partido político de Moçambique, criado a partir de uma dissidência da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Disponível <https://www.dw.com/pt-002/movimento-democr%C3%A1tico-de-mo%C3%A7ambique-mdm/t-17422667>. Acesso 30 set. 2023. [↑](#footnote-ref-6)
8. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/afonso-dhlakama/t-17412758>. Acesso 1 out 2023. [↑](#footnote-ref-7)
9. Disponível em <https://observador.pt/2014/12/21/lider-da-renamo-expulsou-jornalistas-da-reuniao-partido/>. Acesso 14 Nov. 2023. [↑](#footnote-ref-8)
10. Quelimane é a maior cidade e capital da província da Zambézia, em Moçambique. Está situada junto ao rio dos Bons Sinais, a cerca de 20 km do Oceano Índico. Disponível: <https://www.uccla.pt/membro/quelimane>. Acesso 2 Out. 2023. [↑](#footnote-ref-9)
11. Disponível: <https://www.facebook.com/manuelaraujooficial?locale=pt_BR>. Acesso 2 Out. 2023. [↑](#footnote-ref-10)
12. Disponível: <https://www.facebook.com/search/top?q=ven%C3%A2ncio%20mondlane&locale=pt_BR>. Acesso 2 Out. 2023. [↑](#footnote-ref-11)
13. Disponível: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=881681886860435&set=pb.100050558946382.-2207520000>. Acesso 04 Nov. 2023. [↑](#footnote-ref-12)
14. Disponível: <https://www.facebook.com/unai.kambuma.matsangaisse/?locale=pt_BR>. Acesso 2 Out. 2023. [↑](#footnote-ref-13)